

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

226 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 13 a 17 de janeiro de 2025

1. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	1
AFET - Secretário-Geral da NATO	1
LIBE - Relatório anual sobre o Estado de direito (Ana Catarina Mendes)	2
AFET - Alargamento	3
Pacto sobre Asilo e Migrações - escrutínio	4
2. ACORDO UE - MERCOSUL: CENÁRIOS DE RATIFICAÇÃO	5
3. DEFESA EUROPEIA - OS CUSTOS DA NÃO-EUROPA	7
4. ACADEMIA - CENÁRIOS PARA 2025	8
5. COOPERAÇÃO PARLAMENTAR BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA	9
6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES ¹

AFET - Secretário-Geral da NATO

No início da semana, a [Comissão dos Assuntos Externos](#), a [Subcomissão da Segurança e da Defesa](#) e a [Delegação do Parlamento Europeu para as relações com a Assembleia Parlamentar da NATO](#) do Parlamento Europeu (PE) debateram com o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, a situação da segurança na Europa e no mundo, bem como a defesa e a cooperação UE-NATO (detalhe [aqui](#) e debate na íntegra [aqui](#)).

Na sua intervenção inicial (que pode ser vista [aqui](#)), Mark Rutte afirmou estar profundamente **preocupado** com a situação de segurança na Europa, notando que “*Não estamos em guerra, mas também não estamos em paz*”, mencionando desafios de Estados como a Rússia, a China, o Irão e a Coreia do Norte, mas também ameaças persistentes sob a forma de terrorismo, proliferação nuclear, desinformação e alterações climáticas.

No entanto, afirmou que “*Sabemos como proteger os nossos povos e o modo de vida europeu (...), agora só temos de o fazer*”, referindo-se à necessidade de investir mais em capacidades e meios de defesa, de aumentar a resiliência e de continuar a apoiar a Ucrânia. A defesa europeia mais forte significa gastar mais, gastar melhor e produzir mais, defendeu Rutte, não para provocar a guerra, mas para a evitar. Reiterou que “*O atual objetivo da NATO de 2% de gastos com a defesa não é suficiente; (...) para se manterem seguros, os aliados da NATO terão de gastar consideravelmente mais. Isto também inclui o aumento da produção de meios e capacidades cruciais*”, notando que “*A indústria de defesa europeia está a fazer um trabalho verdadeiramente impressionante, mas a verdade é que não estamos onde precisamos de estar*”.

Sobre a Ucrânia, o Secretário-Geral da NATO afirmou que o futuro da Europa depende do resultado da guerra. “*Queremos uma paz duradoura na Ucrânia. Se Putin conseguir o que quer, a paz não vai durar*”, sublinhou, acrescentando que o apoio da UE à Ucrânia é crucial: “*Estamos seguros agora, podemos não estar seguros daqui a cinco anos*”.

Relativamente à cooperação UE-NATO, referiu que “*No que diz respeito a uma defesa europeia mais autónoma, é muito bom ter uma espécie de NATO europeia, mas, nesse caso, não são necessários 2% (do PIB para a defesa), mas sim 8, 9 ou 10% (...). Serão necessários 15 a 20 anos para construir uma NATO europeia sem os Estados Unidos*”. Recordou que os Estados Unidos gastam “*mais de 60% de todo o dinheiro gasto no território da NATO*”, considerando que “*é uma ilusão pensar que podemos construir uma NATO europeia nos próximos 10 a 15 anos*”. Rutte manifestou ainda a sua convicção de que os Estados Unidos continuarão a ser um aliado, apesar de algumas declarações do novo Presidente americano. Donald Trump, sobre a NATO.

No que diz respeito às despesas com a defesa, o Secretário-Geral salientou que 2% não é suficiente e disse que os aliados vão trabalhar sobre o assunto, com o objetivo de chegar a um acordo em junho, antes da cimeira de Haia. “*Temos de gastar melhor, fazer compras conjuntas, inovar, mas também gastar mais. Se não o fizerem, vão ter aulas de russo ou vão para a Nova Zelândia*”, acrescentou.

No contexto da negociação do Programa EDIP (Programa Europeu de Indústria de Defesa) e respetivos critérios de elegibilidade, o Secretário-Geral advertiu que “*Devemos evitar criar novas barreiras entre os Aliados, o que significa custos adicionais e dificuldades de produção. Temos de envolver os outros Aliados; a cooperação neste domínio é cada vez mais fundamental*”, sublinhando a necessidade de complementaridade.

Ainda neste contexto da defesa europeia, importa dar nota de dois desenvolvimentos importantes. No dia 14 de janeiro, realizou-se uma **Cimeira dos Aliados da NATO no Mar Báltico**, reunindo em Helsínquia os Chefes de Estado ou de Governo da Dinamarca, da Estónia, da Finlândia, da Alemanha, da Letónia, da Lituânia, da Polónia e da Suécia, na presença do Secretário-Geral da OTAN e da Vice-Presidente Executiva da Comissão

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

Europeia, **Henna Virkkunen**, para abordar o recente aumento de incidentes graves que danificam infraestruturas submarinas críticas no mar Báltico.

Foi adotada uma Declaração Conjunta, disponível [aqui](#), em que os aliados se manifestam “*profundamente preocupados com as ações, sejam elas negligentes ou maliciosas, que causam danos ou ameaçam o funcionamento de infra-estruturas submarinas críticas. Condenamos veementemente os actos de sabotagem de infra-estruturas submarinas críticas. (...) Estamos prontos a atribuir ações hostis cometidas por agentes malignos, conforme adequado.*”

Acrescentam que se congratulam “*com o facto de a NATO ter lançado a atividade de vigilância reforçada “[Baltic Sentry](#)” para melhorar o conhecimento da situação e dissuadir actividades hostis, (...)*” e “*com os esforços dos Aliados para destacar meios adicionais no mar, no ar, em terra e sob a superfície do mar, a fim de reforçar a vigilância e a dissuasão.*”

Finalmente, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, convidou oficialmente os líderes europeus para um **retiro informal sobre a defesa europeia**, a 3 de fevereiro, no Château de Limont (Bélgica). O Secretário-geral da NATO participará no almoço e o Primeiro-Ministro britânico, Keir Starmer, no jantar.

Nos termos da carta de convite do Presidente do Conselho (disponível [aqui](#)), “*O objetivo é preparar o terreno para as decisões que teremos de tomar e dar orientações à Comissão e ao Alto Representante na preparação de um “Livro Branco” sobre o futuro da defesa europeia*”, previsto para o dia 19 de março.

A fim de estruturar o debate, o Presidente colocou uma série de questões aos membros do Conselho Europeu: “*Concordamos em gastar mais e melhor em conjunto? Como podemos acelerar a mobilização de financiamento privado e através de que instrumentos da UE? Como podemos utilizar da melhor forma o orçamento da UE, a curto, médio e longo prazo? Tendo em conta as consideráveis necessidades de financiamento, que outras opções comuns podem ser consideradas?*” Além disso, o Presidente do Conselho Europeu pretende debates o modo como as parcerias existentes podem ser reforçadas e aprofundadas e quais os objectivos e prioridades a estabelecer com os parceiros europeus não pertencentes à UE.

O tema da defesa será novamente abordado no Conselho Europeu de março, nomeadamente do ponto de vista do financiamento, e em junho num contexto mais vasto, com vista à elaboração de uma estratégia.

LIBE - Relatório anual sobre o Estado de direito (Ana Catarina Mendes)

Na Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE), foi apresentado esta semana o projeto de relatório sobre **Relatório anual sobre o Estado de direito (RoL)** da Comissão Europeia relativo a 2024, que tem como relatora a **Deputada Ana Catarina Mendes (S&D, Portugal)**. Todo o detalhe deste dossiê está disponível [aqui](#), e o projeto de relatório [aqui](#). As principais recomendações estruturam-se em torno da promoção da justiça, liberdade dos media, proteção dos direitos humanos e fortalecimento dos mecanismos de supervisão e transparência, assegurando que os valores fundamentais da União Europeia sejam respeitados em todos os Estados-Membros e nas instituições da UE. Sem prejuízo de uma leitura detalhada deste projeto de relatório, que deverá ser aprovado no Plenário do PE em junho, destacamos o seguinte:

- A proposta para a **criação**, no seio do Parlamento Europeu, de uma **comissão independente de peritos que avalie a implementação das recomendações feitas no ciclo do RoL** (inspirada na Comissão de Veneza do Conselho da Europa);
- A necessidade de **reforçar a condicionalidade macroeconómica**, alargando os instrumentos existentes ao Artigo 2 TUE;
- **Prevenir concentração de propriedade dos media** e combater a desinformação;

- A criação de um **novo pilar** no relatório da Comissão sobre **questões da igualdade e não discriminação**;
- A necessidade de **garantir e reforçar a proteger os direitos de cidadãos estrangeiros e de migrantes** no contexto da Implementação do Pacto sobre Asilo e Migrações;
- Reforçar o **apoio às organizações da sociedade civil**, como pilar essencial do Estado de Direito, com a criação de mecanismos de diálogo e cooperação com as instituições;
- **Proteger direitos das mulheres**: Incluir violência de género como crime na legislação da UE e garantir acesso ao aborto seguro e legal;
- Expandir os relatórios do Estado de Direito: Incluir **novas categorias** como **discriminação e integridade** institucional;
- **Implementação célere das diretivas Anti-SLAPP e do Media Freedom Act.**

Na sua intervenção, **Ana Catarina Mendes**, apelou à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para que utilizem todos os instrumentos legais disponíveis para responder ao que considera *“uma interferência deliberada e um ataque direto à democracia”*, classificando como *“inaceitáveis”* as iniciativas de Elon Musk de utilizar plataformas de redes sociais para manipular a opinião pública em vários Estados-Membros. Além disso, a Deputada criticou a recente decisão da Meta, empresa de Mark Zuckerberg, de terminar com o mecanismo de fact-checking nas suas plataformas, considerando a decisão *“um retrocesso em relação a compromissos anteriormente assumidos. Estas ações contradizem os esforços para reforçar a transparência e combater a desinformação, prejudicando ainda mais a confiança pública no espaço digital. A Comissão tem de adotar uma postura firme e não complacente face a estas ameaças”*.

AFET - Alargamento

No primeiro debate com **Marta Kos** desde que esta assumiu o cargo de Comissária para o Alargamento, a 1 de dezembro de 2024, os Deputados da Comissão dos Assuntos Externos avaliaram a situação nos dez países do alargamento e os seus progressos na implementação das reformas relacionadas com a UE.

Recorde-se que, todos os anos, o Parlamento adota resoluções sobre os relatórios do [Pacote do Alargamento](#) apresentados pela Comissão Europeia, e que fornece uma avaliação detalhada da situação, dos principais desafios e das propostas para o caminho a seguir nos países candidatos e potenciais candidatos no seu percurso europeu. Em 30 de outubro de 2024, a Comissão Europeia adoptou o seu [Pacote de Alargamento 2024](#), que incluía dez países: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Geórgia, República da Moldávia, Ucrânia e Turquia.

Neste contexto, a Comissária responsável pelo alargamento, Marta Kos, começou por sublinhar a importância estratégica e geopolítica do alargamento da UE face àqueles que *“no mundo, e são muitos, gostariam de ver a Europa falhar”*. Considerou que *“A nossa força depende da nossa unidade e também da nossa dimensão”*, e que *“A nossa política de alargamento deve ter um objetivo maior [do que o alargamento da União], deve beneficiar todos os europeus”*.

No que diz respeito à Ucrânia, a Comissária afirmou estar *“otimista”* quanto à possibilidade de o país conseguir *“abrir um ou dois clusters de negociação”* durante a Presidência polaca, o mesmo acontecendo com a Moldávia, apesar de as eleições de outubro terem sido ensombradas por suspeitas de interferência russa.

Marta Kos manifestou também a sua profunda preocupação com a situação na Geórgia, onde os recentes acontecimentos políticos congelaram os progressos já efectuados. Segundo a Comissária, a União deve estar pronta para continuar a apoiar a sociedade civil georgiana, tendo em conta que a atual situação em Tbilisi encarna os *“desafios fundamentais”* que a UE enfrenta.

A questão dos progressos dos seis países dos Balcãs Ocidentais é mais delicada. De acordo com a Comissária, a **Albânia e o Montenegro** são, nesta fase, os dois países “*mais avançados*” no processo. Manifestou-se “(...) *confiante de que, durante a Presidência polaca do Conselho da UE, vamos assistir a mais progressos do que nos últimos dez anos*”, declarou, prevendo a realização de “*cerca de dez*” conferências intergovernamentais até ao final do ano, sem especificar quais os países envolvidos.

No entanto, alguns Deputados mostraram-se cépticos. “*Sim, a Albânia fez progressos, mas o processo também envolve o encerramento de capítulos e a implementação de reformas*”, disse Andreas Schieder (S&D, Áustria), mas “*Ainda há um longo caminho a percorrer*”. Tonino Picula (S&D, Croácia) assinalou que “*O respeito pelo Estado de direito deve ser a pedra angular do processo de adesão, a sua espinha dorsal. A Comissão dá por vezes a impressão de se concentrar demasiado no processo económico*”.

Ainda em matéria de alargamento, e no contexto da Presidência polaca do Conselho da União Europeia, o Primeiro-Ministro polaco, **Donald Tusk**, declarou na quarta-feira, 15 de janeiro, em Varsóvia, numa conferência de imprensa em que participou o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, de que pretende “*acelerar*” as negociações sobre a adesão da Ucrânia à UE.

O ministro polaco dos Assuntos Europeus, Adam Słapka, saudou o programa “*muito ambicioso*” da Comissária Europeia para o Alargamento, Marta Kos, com quem já se reuniu quatro vezes. “*Temos de mostrar à Ucrânia que as portas da UE estão abertas*” e trabalhar com a Ucrânia para “*demonstrar aos cépticos que o processo de adesão se baseia no mérito*”, acrescentou.

Tusk e Zelensky adotaram uma **declaração conjunta** ([aqui](#)), tendo o Chefe do Governo polaco instado os seus homólogos europeus a seguirem o exemplo da Ucrânia em termos de despesas com a defesa, notando que se os Estados-Membros gastassem tanto como a Polónia, gastariam “*dez vezes mais*” do que a Rússia, que tem de compreender que os europeus são “*determinados*” e não estão à espera que alguém assuma o comando.

A Polónia vai gastar 4,7% do PIB nacional na defesa em 2025, salientou o ministro da Defesa polaco, Władysław Kosiniak-Kamysz. Trata-se de um recorde absoluto entre os Aliados e “*algo que teria sido considerado impensável há algum tempo*”. A despesa de 2% do PIB nacional “*já não é suficiente para atuar como dissuasor*”, considerou, admitindo que o necessário esforço de rearmamento dos países da UE deve complementar a ajuda militar dos EUA.

Zelensky agradeceu à Polónia o seu apoio “*constante*” à Ucrânia, saudou a determinação da Presidência polaca em alcançar “*resultados concretos*” e falou das “*garantias de segurança*” de que o seu país necessita para negociar “*uma paz justa*” e assegurar que a Rússia não volta a invadir o território ucraniano no futuro.

Pacto sobre Asilo e Migrações - escrutínio

O Grupo de Trabalho “*Asilo - Aplicação do Pacto/CEAS*”, constituído por Deputados de todos os grupos políticos do PE, começou a [acompanhar a aplicação do Pacto Europeu sobre o Asilo e a Migração](#). Presidido por [Birgit Sippel \(S&D, Alemanha\)](#), o Grupo de Trabalho “*Asilo - Aplicação do Pacto/CEAS*” (Grupo de Trabalho “*Asilo*”) reuniu-se na quarta-feira pela primeira vez nesta legislatura.

O Grupo de Trabalho “*Asilo*” reuniu-se-se pela primeira vez este ano e tem como objetivo analisar e monitorizar o Sistema Europeu Comum de Asilo e a aplicação do Pacto sobre o Asilo e a Migração.

Após a reunião, Birgit Sippel fez a seguinte declaração: “*É uma honra para mim presidir a este importante grupo de trabalho, que dá continuidade ao trabalho bem sucedido do Grupo de Contacto para o Asilo da legislatura anterior. Após anos de trabalho intenso, o Parlamento aprovou a reforma global do asilo em abril de 2024. Com este grupo de trabalho, vamos acompanhar de perto os esforços dos Estados-Membros e da Comissão para alcançar a plena implementação de todos os textos legislativos até ao verão de 2026.*”

O grupo de trabalho sobre o asilo inclui os seguintes membros, para além do presidente: [Lena Düpont](#) (PPE, Alemanha), [Ana Miguel Pedro](#) (PPE, Portugal), [Tomas Tobé](#) (PPE, Suécia), [Juan Ignacio Zoido Álvarez](#) (PPE, Espanha), [Murielle Laurent](#) (S&D, França), [Juan Fernando Lopez Aguilar](#) (S&D, Espanha), [Ana Catarina Mendes](#) (S&D, Portugal), [Cecilia Strada](#) (S&D, Itália), [Jorge Buxadé Villalba](#) (PFE, Espanha), [Assita Kanko](#) (ECR, Bélgica), [Fabienne Keller](#) (Renew, França), [Malik Azmani](#) (Renew, Países Baixos), [Mélissa Camara](#) (Verdes, França), [Estrella Galán](#) (A Esquerda, Espanha), e [Ewa Zajączkowska-Hernik](#) (ESN, Polónia).

Recorde-se que o Grupo de Trabalho sobre Asilo foi criado pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos em 21 de novembro de 2024. Está encarregado de examinar e acompanhar o Sistema Europeu Comum de Asilo e centrar-se-á, em particular, na aplicação do Pacto em matéria de Asilo e Migração. O Pacto, que entrou em vigor em 11 de junho de 2024, será plenamente aplicável a partir de meados de junho de 2026. No passado mês de junho, a Comissão Europeia apresentou um [plano de execução comum](#), com vista a dispor de um sistema bem preparado até ao final do período de transição. O grupo de trabalho procederá a trocas de pontos de vista com as instituições e partes interessadas pertinentes, incluindo, entre outros, a Comissão Europeia, o Conselho e as agências da UE. As reuniões realizar-se-ão à porta fechada, salvo decisão em contrário. O presidente é responsável por informar regularmente o Comité das Liberdades Cívicas e o grupo de trabalho pode apresentar recomendações aos coordenadores dos grupos políticos na Comissão.

2. ACORDO UE - MERCOSUL: CENÁRIOS DE RATIFICAÇÃO

Demos nota, na Síntese n.º [223](#), de que, em 6 de dezembro de 2024, [a UE chegou a um acordo político com os quatro membros fundadores do Mercosul \(Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai\) para um Acordo de Parceria UE-Mercosul](#). Recorde-se que as actuais relações comerciais entre a UE e o Mercosul baseiam-se num [Acordo-Quadro de Cooperação inter-regional](#), que entrou em vigor em 1999. Na sequência do acordo político sobre o pilar comercial alcançado em dezembro de 2024 e da publicação dos seus [capítulos](#) alterados, bem como de um [resumo](#) das alterações, o texto deverá agora ser objeto de uma revisão jurídica (“scrubbing”) antes de ser traduzido para as línguas oficiais da UE. Uma vez concluído este processo, a Comissão apresentará ao Conselho propostas de decisões do Conselho para assinar e concluir o acordo na sua totalidade. O acordo terá então de ser ratificado.

O *think-tank* do PE publicou esta semana uma análise do que poderão ser os cenários dessa ratificação, de que damos nota desenvolvida em seguida. As propostas da Comissão Europeia para a aprovação do acordo, [previstas](#) para meados de 2025, definirão as bases jurídicas substantivas que determinam **se o acordo UE-Mercosul será apresentado para ratificação como um acordo misto**, que significa que - para além das disposições relativas à competência comercial exclusiva da UE (acordo “apenas UE”) estabelecidas no artigo 207.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) - contém disposições relativas a competências partilhadas entre a UE e os seus Estados-Membros.

É igualmente concebível que o acordo seja **dividido em dois acordos** (um só para a UE e outro misto) que:

- a) entrem em vigor consecutivamente - primeiro como um acordo *provisório* só para a UE, que depois expira quando o acordo misto *final* tiver sido ratificado pelos Estados-Membros da UE; ou
- b) coexistam como acordos juridicamente separados após a sua ratificação.

Ao contrário dos acordos exclusivamente comunitários, **os acordos mistos requerem não só a ratificação do Conselho e a aprovação do Parlamento Europeu, mas também a ratificação pelos Estados-Membros da UE**, em conformidade com as respectivas normas constitucionais. O Conselho adopta as suas decisões de assinatura (nos termos do artigo 218.º, n.º 5, do TFUE) e - após aprovação do Parlamento Europeu - conclui

(nos termos do artigo 218.º, n.º 6) o acordo e, se necessário, aprova a sua aplicação provisória. Este briefing está disponível [aqui](#) e elenca os seguintes cenários. Uma vez que a Comissão não indicou a base jurídica que tenciona propor para o acordo UE-Mercosul, podem ser considerados vários cenários de ratificação utilizados no passado recente.

1) O modelo do acordo UE-Canadá: Um acordo misto único: A proposta inicial da Comissão de decisões do Conselho para assinar e concluir o Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá (CETA) foi posteriormente [alterada](#) para utilizar uma base jurídica mista. Na sua [proposta](#) de [decisão do Conselho](#), a Comissão afirma que - uma vez que não conseguiu chegar a acordo com os Estados-Membros da UE sobre se o CETA era um acordo misto, e uma vez que a aplicação [provisória](#) do CETA desde 2017 era uma prioridade, acabou por efetivamente considerar que era um acordo misto. Os peritos [argumentaram](#) que várias bases jurídicas (por exemplo, para o ambiente) não teriam sido aplicáveis ao CETA à luz do [parecer 2/15](#) do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) de 2017 sobre a [distribuição](#) de competências exclusivas e partilhadas no acordo de comércio livre (ACL) UE-Singapura. Desde a ratificação do CETA a nível da UE, a sua [ratificação](#) pelos Estados-Membros da UE ([17 dos 27 ratificaram até dezembro de 2024](#)) tem sido muito lenta. Os acordos mistos correm o risco de serem bloqueados por um único Estado-Membro da UE.

2) O modelo de acordo UE-Chile: Dividido num acordo *provisório* apenas com a UE e num acordo misto *final*: Em 2023, a Comissão apresentou duas propostas de decisões do Conselho para assinar e concluir o texto para a modernização do acordo de associação UE-Chile de 2002. As propostas previam um acordo provisório exclusivamente da UE que entraria em vigor após a ratificação a nível da UE e deixaria de ser aplicável quando um acordo misto, incluindo a parte exclusivamente da UE, entrasse em vigor após a sua ratificação por todos os Estados-Membros da UE:

- uma [proposta](#) de **acordo comercial provisório UE-Chile (ACI)**;
- uma [proposta](#) de **Acordo-Quadro Avançado UE-Chile (AFA), um acordo misto que inclui o pilar comercial**, adotado por uma [decisão](#) conexa [do Conselho](#). Na sua proposta de AFA, a Comissão [afirma](#) que a base jurídica substantiva da decisão do Conselho depende principalmente do objetivo e do conteúdo do AFA. Acrescenta que “o AFA prossegue dois objectivos principais e tem duas componentes principais que se inserem no âmbito da política comercial comum, dos transportes e da cooperação económica, financeira e técnica com países terceiros”. Conclui que, dado “o facto de as componentes predominantes do Acordo serem a política comercial, os transportes e a cooperação económica, financeira e técnica com países terceiros, a regra de votação para este caso específico é, por conseguinte, a maioria qualificada”.

A ratificação do acordo UE-Chile pode ser [vista](#) como um modelo [pertinente](#), dadas as semelhanças consideráveis na estrutura (objectivos) e no conteúdo com o acordo UE-Mercosul, apesar da ausência de alguns elementos (como a proteção do investimento e a liberalização abrangente do investimento) deste último devido a um mandato do Conselho que remonta a uma era anterior ao Tratado de Lisboa, quando o investimento era inteiramente da competência dos Estados-Membros da UE. Além disso, o [mandato](#) do Conselho (Título XI) refere-se a um ATI.

3) O modelo de acordo UE-Singapura: Dividido em acordos separados, só da UE e mistos: Após o [Parecer 2/15](#) do TJUE de 2017 ter determinado que o ACL UE-Singapura continha elementos de competências partilhadas (ou seja, disposições sobre investimento de carteira e resolução de litígios em matéria de investimento) e, por conseguinte, teria sido considerado um acordo misto, em 2018 o ACL UE-Singapura foi [dividido](#) num [ACL](#) e num [acordo de proteção do investimento](#) (API). O primeiro entrou em vigor e o

segundo continua o seu processo de ratificação pelos Estados-Membros da UE. O [ACL](#) UE-Vietname sofreu uma [divisão](#) semelhante, que resultou em dois acordos juridicamente distintos que permanecem separados após a ratificação.

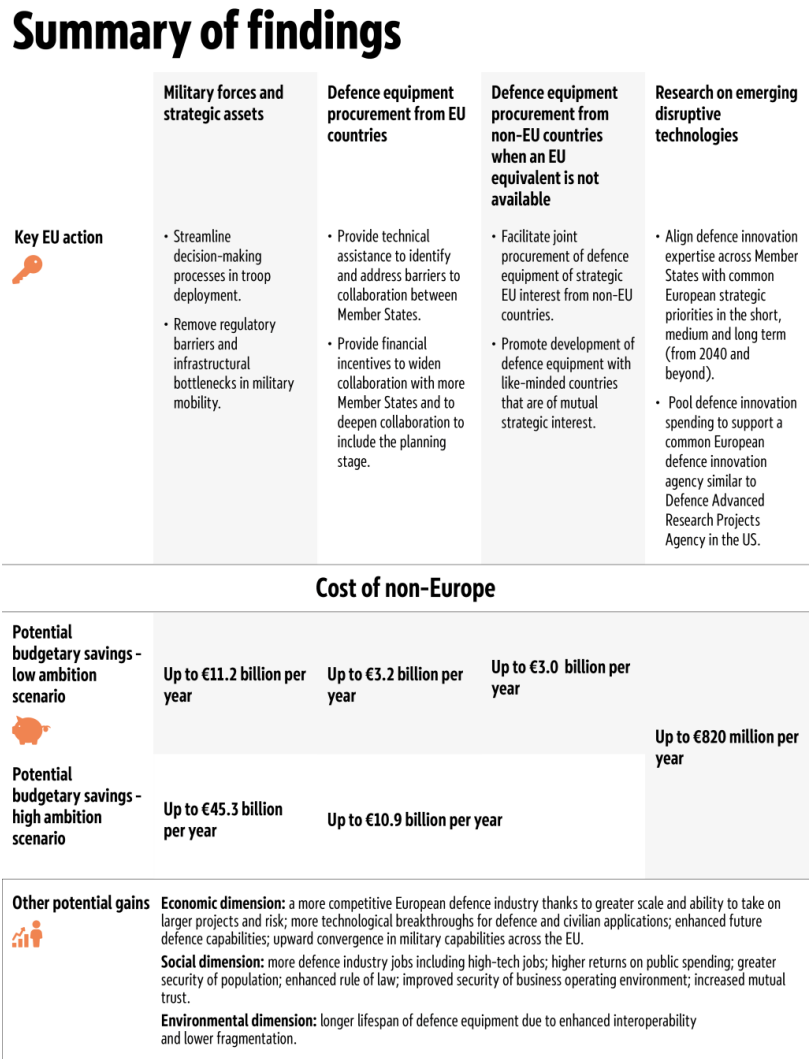
O Comissário Maroš Šefčovič, responsável pelo comércio, fez esta semana uma intervenção na Comissão de Comércio Internacional do PE sobre o acordo UE-Mercosul, que pode ser lida [aqui](#).

3. DEFESA EUROPEIA - OS CUSTOS DA NÃO-EUROPA

O *think-tank* do PE publicou também um **relatório sobre o custo da não-Europa no setor da defesa** ([aqui](#)), que analisa os ganhos potenciais decorrentes de uma cooperação europeia mais aprofundada em matéria de despesas neste domínio, que permitiria realizar economias de escala no que respeita a: forças militares e activos estratégicos; aquisição de equipamento de defesa; e investigação sobre tecnologias emergentes e disruptivas. Estima-se que o custo da não-Europa nas despesas com a defesa varia entre 17 e 58 mil milhões de euros por ano. A ação da UE para aumentar a eficiência e a qualidade das despesas europeias com a defesa poderá também criar emprego, melhorar a segurança do ambiente empresarial e reforçar o Estado de direito.

O estudo estima que o custo da não-Europa nas despesas com a defesa - por outras palavras, o custo de não aproveitar as economias de escala europeias - **varia entre 18 e 57 mil milhões de euros por ano**.

A infografia seguinte apresenta um sumário das conclusões:



4. ACADEMIA - CENÁRIOS PARA 2025

O European Council on Foreign Relations (ECFR) publicou esta semana uma análise intitulada ***Alone in a Trumpian world: The EU and global public opinion after the US elections***, da autoria de [Timothy Garton Ash](#), [Ivan Krastev](#) e [Mark Leonard](#), que se baseia numa sondagem de opinião pública junto da população adulta (com 18 anos ou mais) realizada em novembro de 2024 em 16 países europeus (Bulgária, Dinamarca, Estónia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Espanha, Suíça, Turquia, Ucrânia e Reino Unido) e oito países não europeus (Brasil, China, Índia, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Estados Unidos). O número total de inquiridos foi de 28 549.

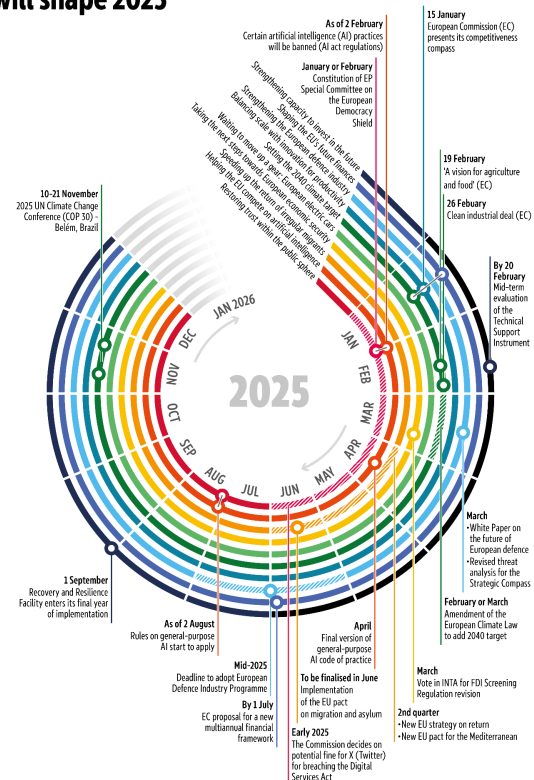
Sem prejuízo da leitura detalhada deste trabalho, elencamos algumas das ideias principais:

- As pessoas, em muitos países do mundo, estão **optimistas em relação à segunda presidência de Trump**.
- Muitos pensam que **Trump não será apenas bom para a América**, mas que trará paz ou reduzirá as tensões na Ucrânia, no Médio Oriente e nas relações EUA-China.
- Em contrapartida, **os aliados dos EUA na Europa e na Coreia do Sul estão muito pessimistas** em relação ao novo Presidente, o que sugere um enfraquecimento do “Ocidente” geopolítico.
- Os ucranianos são ligeiramente mais positivos do que negativos quanto ao impacto que Trump poderá ter no fim do conflito com a Rússia. Mas estão profundamente divididos quanto ao que poderá ser um **compromisso aceitável com Moscovo**.
- Os **europeus** terão **dificuldade** em **encontrar unidade interna** ou poder global para liderar uma resistência direta à nova administração. Mas a sondagem revela que muitas pessoas no mundo consideram a UE como um ator igual aos EUA e à China - uma força que os líderes europeus devem aproveitar ao entrarem no turbulento novo mandato presidencial.
- Em vez de se remeterem a uma ordem liberal pós-guerra fria, **os europeus devem concentrar-se em compreender e ver oportunidades no novo mundo**.

Por seu lado, o *think-tank* do PE publicou a 9.ª edição da sua análise prospetiva [*Ten issues to watch in 2025*](#), e que se agrupam do seguinte modo:

Events that will shape 2025

Ten issues to watch in 2025	
Table of contents	
Introduction	3
1. Balancing scale with innovation for productivity	4
2. Setting the 2040 climate target	6
3. Taking the next steps towards European economic security	8
4. Shaping the EU's future finances	10
5. Strengthening capacity to invest in the future	12
6. Waiting to move up a gear: European electric cars	14
7. Helping the EU compete on artificial intelligence	16
8. Strengthening the European defence industry	18
9. Speeding up the return of irregular migrants	20
10. Restoring trust within the public sphere	22
Further reading	24



Source: EPRS.

5. COOPERAÇÃO PARLAMENTAR BILATERAL PORTUGAL-ESPANHA

Nos dias 19 e 20 de janeiro, terá lugar na AR uma **visita de trabalho de uma delegação da Comissão Mista para os Assuntos da União Europeia das Cortes Gerais de Espanha**. Esta será a primeira reunião no âmbito de um processo que visa estabelecer as **bases de uma cooperação bilateral** entre as Comissões parlamentares responsáveis pelos assuntos europeus da Assembleia da República Portuguesa e das Cortes Gerais espanholas, aprofundando o relacionamento político e institucional entre os **dois parlamentos** no âmbito da Conferência das Comissões de Assuntos da União Europeia (**COSAC**). Esta cooperação centrar-se-á no âmbito da política europeia e da participação de ambos os Parlamentos na cooperação interparlamentar, contribuindo assim para desenvolver e reforçar o quadro de relacionamento bilateral já existente, nomeadamente no âmbito do Fórum Parlamentar Luso-Espanhol, que teve a sua primeira reunião em Zamora, em 2009.

Neste primeiro encontro, em que a Comissão de Assuntos Europeus da AR, sob presidência do Deputado Telmo Faria (PSD), será a anfitriã, terá lugar uma reunião com o Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH), seguida de um encontro Embaixadora da República da Polónia em Portugal, Senhora Dorota Barys, para apresentação das prioridades da Presidência polaca do Conselho da União Europeia. Após o almoço, realizar-se-á uma reunião entre a Comissão Mista Congresso-Senado para a União Europeia do Parlamento espanhol e a Comissão de Assuntos Europeus da AR, para debater as prioridades da Presidência polaca do Conselho, nomeadamente, o novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia e a política de alargamento da União Europeia.

A delegação da Comissão de Assuntos Europeus da AR integra, além do respetivo Presidente, os Senhores Deputados Ricardo Carvalho e Marco Claudino (PSD), as Senhoras Deputadas Deputada Ana Mendes Godinho e Ana Sofia Antunes (PS), e o Senhor Deputado António Pinto Pereira (CH).

6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do PE, destacando-se: Donald Tusk apresenta as prioridades da Presidência polaca do Conselho da UE; debate sobre as conclusões do Conselho Europeu de dezembro; debate sobre as consequências da presidência de Trump para as relações UE-EUA; debate sobre a Venezuela; debate sobre Gaza; regras digitais da UE para proteger a democracia em linha (Elon Musk); Rússia: Parlamento vota medidas contra desinformação e debate danos no Mar Báltico.

Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar a 29 de janeiro, estando prevista a adoção da bússola para a competitividade.

Conselho da UE

O calendário completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 20 de janeiro 2025 - Eurogrupo; 21 de janeiro: Conselho ECOFIN; Reunião informal dos ministros da Educação.

Bruxelas | 17 de janeiro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).